

é enriquecedor para quem ensina e para quem aprende.

O professor encontra ao seu dispor uma infinidade de recursos e dinâmicas para trabalhar com a Educação Infantil que o permite conhecer mais seu aluno e desta forma, fazer o melhor aproveitamento do tema que pretende ensinar. Cada educador descobre a melhor forma para trabalhar e explorar o potencial do seu aluno. O importante é sempre pesquisar, estudar e reciclar.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, C. **Na sala de aula**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

ANTUNES, C. **Jogos para a estimulação das múltiplas inteligências**. 7. Ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

CAMPBELL, L.; CAMPBELL, B & DICKINSON, D. **Ensino e aprendizagem por meio das inteligências múltiplas**. 2. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

CARVALHO, R. C. M. **A educação infantil descobrindo a língua inglesa: interação professor/aluno**. Artigo Científico, Unicentro, Guarapuava, PR, Brasil

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Múltiplas inteligências na prática escolar**. Cadernos da TV Escola. Brasília: [s.e.], 1999.

PIRES S.S. **Ensino de inglês na Educação Infantil**. In SARMENTO, S.; MÜLLER, V. (Orgs) O ensino do inglês como língua estrangeira: estudos e reflexões. Porto Alegre: APIRS, 2004.

A GESTÃO ESCOLAR

COLVARA, Naira Brasil¹

RESUMO

As escolas públicas são regidas pela Lei de Diretrizes e Bases nº 9394/96 que sugere a gestão democrática como o ideal em educação. Esta gestão efetiva-se através da crescente autonomia dos gestores nas esferas administrativa, financeira e pedagógica, da eleição de diretores, formação dos colegiados – CPM e Conselho Escolar e da participação dos deferentes segmentos da comunidade escolar no processo decisório de toda e qualquer natureza dentro dos educandários.

O que se percebe atualmente é que os ideais estão consolidando – se. Porém, há aspectos com maior autonomia. A burocracia e a cultura de escola são entraves para o desenvolvimento da Gestão Democrática. Aos gestores cabe um trabalho transparente, que promova de fato a participação dos alunos, pais, funcionários e professores, envolvendo-os num projeto coletivo.

INTRODUÇÃO

A gestão escolar recomendada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96 e pela Constituição Federal de 1988 é a gestão democrática. Ela objetiva assegurar igualdade de condições de acesso e permanência na escola, o pluralismo de ideias e um alto padrão de qualidade do

ensino público. Pressupões participação ativa de todos os segmentos da comunidade escolar e divisão de poder e de tarefas. Também, é necessário a presença do bom senso, do diálogo respeitoso além do cumprimento das normas estabelecidas em lei, no Projeto Político Pedagógico e no Regimento Escolar.

Segundo Dourado e Duarte (2001) a Gestão Democrática é “um tipo de gestão político-pedagógica e administrativa, orientada por processos de participação das comunidades escolar e local (...) que possibilita às pessoas, independentemente de sua situação social e cultural, intervir na construção de políticas e na gestão das instituições educacionais.” (p. 18 e 19)

Assim, uma gestão democrática deve acontecer em processo permanente de construção.

A GESTÃO DA ESCOLA

A Gestão Democrática é um processo educativo para todas as pessoas que dela participam e permite confrontar ideias, argumentar e estabelecer prioridades em conjunto. Traz transparência às ações desenvolvidas no seio escolar e em seu entorno, exercita a cidadania e pode aproximar sonho e realidade, fazendo o papel social da escola acontecer.

O objetivo primeiro de todas as atividades e relações presentes na escola

¹ Educadora e Vice Diretora da Escola Estadual de Ensino Fundamental Eliza Brum de Lima – Cruz Alta. Pedagoga. Especialista em Gestão Escolar pela Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ. naira.colvara@gmail.com

deve ser o de concretizar as finalidades da educação: o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para cidadania e qualificação para o trabalho - art. 2º- LDB 9394/96. A escola também precisa:

(...) “contribuir para a formação plena de todas as crianças, de modo que possam compreender o seu mundo, compreender-se nesse mundo, desenvolver competências que lhes permitam atuar como cidadãos conscientes e críticos em seu meio social, não apenas reagindo a ele, mas atuando proativamente e contribuindo para o seu desenvolvimento.” (LÜCK, 2006, p. 14)

Por outro lado, a escola é um centro de encontro social da comunidade e o lugar onde há acesso ao conhecimento. Assim, é de suma importância a participação ativa dos segmentos, para o desenvolvimento do processo educativo como um todo, dos profissionais de educação e do lugar onde se insere o educandário.

O espaço escolar quando aberto à comunidade para lazer e formação, sendo estabelecidas as devidas regras de conservação do patrimônio e de convivência, reforça o potencial que toda escola tem de conquistar a participação responsável de seus atores. Podem eles trazer benefícios como parcerias que promovam transformações sociais e culturais naquele entorno. É preciso, portanto, atenção para as transformações sociais e suas influências na educação escolar. Os gestores dispõem de recursos materiais e simbólicos para fazer da escola um local de múltiplas aprendizagens: intervir no coletivo para o bem comum, dialogar, viver e valorizar a cultura por exemplo.

O tão almejado desenvolvimento integral do aluno está alicerçado pelos quatro pilares da educação, propostos pela UNESCO em 1990:

1. APRENDER A CONHECER: diz respeito ao domínio dos próprios instrumentos do conhecimento. É preciso exercitar a atenção, a memória, a comparação, a análise, a argumentação, a crítica e a ava-

liação.

2. APRENDER A FAZER: supõe tornar-se apto para enfrentar variadas situações e trabalhar em equipe. Ter iniciativa.

3. APRENDER A CONVIVER: o homem é um ser social e, portanto, a convivência e a interdependência são conceitos que devem permear toda a trajetória escola do jovem para que ele venha a participar de projetos comuns.

4. APRENDER A SER: pressupõe o desenvolvimento do espírito, do corpo, da inteligência, da sensibilidade, da estética, da ética, da responsabilidade, da comunicação e da espiritualidade. O aluno deve aprender a elaborar juízos de valor com pensamentos autônomos.

“A educação assim concebida indica uma função da escola voltada para a realização plena do ser humano, alcançada pela convivência e pela ação concreta, qualificadas pelo conhecimento.” (PENIN, VIEIRA, 2001, p. 55)

Para tal, os gestores devem ter a habilidade de dialogar com seus pares, delegar competências, implementar o que foi acordado coletivamente. Para Dourado e Duarte (2001) “Isso implica o aprendizado coletivo de princípios de convivência democrática.” (p. 27)

Esses princípios estão presentes na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394/96, em seu artigo 14:

Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática de ensino público na educação básica, de acordo com as peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II – participação das comunidades escolar e local em Conselhos de Escola ou equivalentes.

O estado do Rio Grande do Sul tem a Lei nº10.576/1995 da Gestão Democrática do Ensino Público, alterada pela Lei nº 11.695/2001, que atende ao princípio inscrito no artigo 206, inciso VI da Constitui-

ção Federal de 1988 e no artigo 197, inciso VI da Constituição do Estado: a gestão das escolas será exercida conforme os seguintes preceitos: autonomia dos estabelecimentos de ensino na gestão administrativa, financeira e pedagógica; livre organização dos segmentos da comunidade escolar; participação dos segmentos da comunidade escolar nos processos decisórios e em órgãos colegiados; transparência dos mecanismos administrativos, financeiros e pedagógicos; garantia de descentralização do processo educacional; valorização dos profissionais da educação e eficiência no uso dos recursos.

A democracia é um valor, algo importante para a pessoa como cidadã. É constituída por direitos e deveres, que se concretizam em processo de desenvolvimento do ser humano. Como o jovem passa muito tempo na escola, nela é compreendida, assim como na vida social, pois sujeito e sociedade também são dinâmicos.

Importante salientar que o profissional da educação deve ter em mente que ele é membro nato de toda e qualquer inovação ou atividade na escola. Pela vivência como gestora da Escola Estadual de Ensino Fundamental Eliza Brum de Lima e professora na rede pública há vinte anos, acredito que a autonomia pedagógica está mais fortalecida nas escolas públicas. Porém, o envolvimento de pais na gestão está aquém do necessário. Questões burocráticas, desmotivação para colaborar e pela própria cultura que a comunidade tem, fica mais a cargo dos gestores a definição e execução de como aplicar recursos, a organização do calendário escolar bem como as festividades.

A participação efetiva-se se a escola cuidar da comunicação entre ela e a comunidade, publicando os acordos, mobilizando as pessoas para o alcance de objetivos comuns. A autonomia também se fortalece.

“A autonomia é vista como a possibilidade e a capacidade institucional de as escolas implementarem projetos pedagógicos próprios, vinculados ao seu sistema de ensino e às diretrizes nacionais para

a educação básica.” (DOURADO; DUARTE, 2001, p. 68)

A Gestão Democrática é vivenciada em nossa realidade na eleição de diretores e na participação do Conselho Escolar e do Círculo de Pais e Mestres na prestação de contas das verbas, acompanhando também as festividades e as necessidades de manutenção da estrutura física da escola. É preciso ainda investir no chamamento dos pais e dos funcionários na participação quando há discussões de aspectos pedagógicos e aplicação de recursos bem como buscar a colaboração dos mesmos delegando tarefas. Também, fortalecer os vínculos e o sentimento de pertencimento àquela comunidade, fazendo reuniões periódicas, por grupos, em horários alternados. Enfim, estar disponível e apostar num projeto de escola voltado para a comunidade. É uma aprendizagem coletiva, de médio a longo prazo que modifica as relações de poder no interior da escola.

Para Gandin (2002) na construção de um Projeto Político-Pedagógico é necessário o levantamento detalhado da realidade em que a escola está inserida: os recursos financeiros e humanos, a estrutura física, as matrículas e a evolução da demanda, os projetos em andamento e/ou sonhados, a gestão colegiada. Aspectos estes que imprimem as prioridades traçadas em conjunto. Tal diagnóstico efetiva-se com descentralização de responsabilidades.

Um projeto de todos deve ser assumido por todos, as ideias e os resultados, as regras e o cuidado com o patrimônio, porque não se pode pensar a escola fora do contexto social, pois (...) “o processo educativo constitui fenômeno de múltiplas facetas e interferências e responsabilizações em vários âmbitos e níveis.” (LÜCK, 2006, p. 15)

Mesmo com dificuldade de participação efetiva dos diversos segmentos em todos os aspectos e momentos decisórios, a gestão na escola de atuação tem um bom diálogo com os pais em situações de conflito. Há uma mediação entre família-aluno-professor e sensibilização do jovem para

envolvimento com seus estudos e sua formação. Formação essa voltada para as competências que a sociedade atual requer: autonomia, produção de ideias, ações criativas e colaborativas, iniciativa, dinamismo, capacidade de adaptação, uso de tecnologias e formas diversificadas de representar um conhecimento, comunicação, compreensão da interdependência existente em um grupo de trabalho. Prado e Almeida (2009, p. 53) evidenciam a importância da metodologia do educador:

“A possibilidade de o aluno poder diversificar a representação do conhecimento, a aplicação de conceitos e estratégias conhecidas formal ou intuitivamente e de utilizar diferentes formas de linguagens e estruturas de pensamento redimensiona o papel da escola e de seus protagonistas (alunos, professores, gestores).”

Estas habilidades geram a competência para continuar aprendendo fora dos bancos escolares.

As inúmeras tarefas da escola e a burocracia são empecilhos para uma melhor organização do tempo e do trabalho escolar, mas é imprescindível o desenvolvimento de estratégias que contemplem as necessidades do aqui e agora, sem perder o foco no futuro.

CONCLUSÕES

A Gestão Democrática valoriza cada um e todos ao mesmo tempo, é fator de mudança nas relações e na cultura de escola, nutre maior esperança nas pessoas envolvidas e aproxima escola e comunidade. Por sua efetiva concretização e por uma educação de qualidade devemos continuar trabalhando.

Trabalho este que requer reorganização do tempo e do espaço escolar. A autonomia da escola é mais evidente na prática pedagógica, na metodologia que concretiza o currículo. É aí que os gestores devem investir mais, mesmo com os empecilhos burocráticos, que minimizam os demais eixos da gestão. Mesmo que seu traba-

lho dependa do comprometimento e do empenho dos demais. É exatamente no pedagógico/curricular que as mudanças poderão acontecer. Nestes aspectos ficam evidentes as mudanças e os envolvimento de que tanto se fala.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF. Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao.htm>. Acessado em: 17 ago. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Lei nº 9394 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

DOURADO, Luiz Fernandes. DUARTE, Marisa Ribeiro Teixeira. Progestão: como promover, articular e envolver a ação das pessoas no processo de gestão escolar? Módulo II. Brasília: CONSED, 2001.

GANDIN, Danilo. A prática do planejamento participativo. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

LÜCK, Heloísa. As exigências do novo milênio ao ensino brasileiro. Gestão em Rede, Brasília: CONSED, n. 74, p. 13 – 18. Nov. 2006.

PENIN, Sônia Teresinha de Sousa. VIEIRA, Sofia Lerche. Progestão: como articular a função social da escola com as especificidades e as demandas da comunidade? Módulo I. Brasília: CONSED, 2001.

PRADO, Maria Elisabette Brisola Brito. ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini. (org.) Elaboração de projetos: guia do cursista. Brasília: MEC, 2009.

RIO GRANDE DE SUL, Secretaria da Educação. Lei nº 10.576 da Gestão Democrática do Ensino Público. Porto Alegre. 1995 (Alterada pela Lei nº 11.695/2001)

FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS: EXPERIÊNCIAS VIVENCIADAS NA UERGS – UNIDADE DE CRUZ ALTA

José Eduardo Pedroso Gomes do Amaral¹

Marília Drumn²

Ricardo Montedo dos Santos³

Fabício Soares⁴

RESUMO

Este artigo apresenta as principais ações de ensino, pesquisa e extensão que estão sendo desenvolvidas para a formação inicial e continuada na área de tecnologias educacionais, no âmbito da Unidade Universitária da Uergs em Cruz Alta. Destaca, também, que os principais objetivos das atividades é a alfabetização tecnológica dos acadêmicos e professores, visando à utilização da informática no processo de ensino-aprendizagem. Salienta, ainda, o papel do ambiente virtual e aprendizagem – AVA no Moodle nas ações de formação,

tanto em nível de ensino, quanto de extensão. Ao final, apresenta algumas reflexões e sugestões, como, por exemplo, a ampliação da carga horária dos componentes da área de tecnologias educacionais nos cursos de licenciaturas e a realização de formações contínuas para os atuais docentes, medidas, estas, que podem acelerar o processo de inserção da informática na prática pedagógica dos professores.

1. INTRODUÇÃO

Um dos grandes desafios na formação inicial e continuada de professores, na atu-

1 Acadêmico do Curso de Ciência e Tecnologia de Alimentos e bolsista de Iniciação Científica (IniCie-Uergs). e-mail: joseeduardopedroso@gmail.com.

2 Acadêmica do Curso de Pedagogia – Licenciatura e bolsista de extensão (Probex – Uergs). e-mail: marilia_drumn@hotmail.com.

3 Graduado em Pedagogia - Licenciatura (Uergs). e-mail: ricardomontedo@gmail.com.

4 Professor Assistente de Ciências Exatas da Unidade da Uergs em Cruz Alta. e-mail: soares.fabricio12@gmail.com.